

ATA NÚMERO 020/XV/1.^a SL

Aos dezanove dias do mês de outubro de 2022, pelas 10:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na Sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audição de entidades no âmbito da apreciação na especialidade de projetos de lei sobre ensino superior politécnico [[Projeto de Lei n.º 809/XIV/2.^a \(Cidadãos\)](#), [Projeto de Lei n.º 115/XV/1.^a \(PCP\)](#) e [Projeto de Lei n.º 125/XV/1.^a \(BE\)](#)]

- Peritos da OCDE – 10:00 (videoconferência)

3. Aprovação de atas

- Reunião da Comissão de 11 de outubro de 2022

4. Comunicações do Presidente

4.1. Outros

- i. Reunião com o Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE)
- ii. Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares (CPCP)
- iii. X Fórum Luso-Espanhol
- iv. Simpósio Ensino de Enfermagem 2023
- v. Audições no âmbito da apreciação na especialidade da PPL do OE

5. Discussão e votação de iniciativas na especialidade

- [Projeto de Resolução n.º 188/XV/1ª \(IL\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à revisão do modelo de financiamento dos Estabelecimentos do Ensino Superior
- [Projeto de Resolução n.º 189/XV/1ª \(IL\)](#) - Recomenda ao Governo que proceda à avaliação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

6. Discussão e votação dos pareceres de iniciativas legislativas

- [Projeto de Lei n.º 321/XV/1.ª \(CH\)](#) - Determina a universalidade da gratuidade dos manuais escolares para todos os alunos do ensino obrigatório
- [Projeto de Lei n.º 333/XV/1.ª \(BE\)](#) - Complemento Extraordinário das Bolsas de Ação Social do Ensino Superior
- [Projeto de Lei n.º 342/XV/1.ª \(PCP\)](#) - Reforça dos apoios ao alojamento no Ensino Superior
- [Projeto de Lei n.º 340/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Criação de um complemento extraordinário às bolsas de estudo no ensino superior, aplicável ao ano letivo de 2022/2023

7. Discussão e votação do requerimento do PSD para audição do Presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas e do Presidente da Associação Nacional de Diretores de Escolas sobre o atraso na devolução, pelo Governo, das receitas próprias dos estabelecimentos de ensino

8. Outros assuntos

9. Data das próximas reuniões

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de ordem do dia foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, PCP e BE.

2. Audição de peritos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) sobre o estudo «Review of higher Education, Research and Innovation» no âmbito da apreciação na especialidade de projetos de lei sobre ensino superior politécnico [[Projeto de Lei n.º 809/XIV/2.ª \(Cidadãos\)](#), [Projeto de Lei n.º 115/XV/1.ª \(PCP\)](#) e [Projeto de Lei n.º 125/XV/1.ª \(BE\)](#)]

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas-vindas aos peritos da OCDE, clarificando que se iriam pronunciar sobre o estudo de 19 de fevereiro de 2019, que coordenaram: «[Review of higher Education, Research and Innovation](#)», e explicou algumas questões sobre o funcionamento da audição, nomeadamente, a grelha de tempos.

Os peritos da OCDE fizeram acompanhar a sua intervenção de uma apresentação (disponível na [página da audição](#)) e referiram o seguinte, em síntese:

- Aludiram ao funcionamento dos diferentes modelos de sistemas binários nos países da OCDE, explicando que existem países com um único tipo de instituição que inclui a componente de investigação, e outros países nos quais coexistem tipos diferenciados de instituições (uns em que a missão de investigação é mais forte e outros em que a componente de investigação é mais fraca);

- Declararam que em Portugal os institutos politécnicos oferecem um leque alargado de oferta educativa que vai desde Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) ao mestrado, discutindo-se, agora, se deverão ou não oferecer também doutoramentos;
- Informaram que atualmente o único país da OCDE em que é permitido a instituições não universitárias atribuir o grau de doutor é na Irlanda, mas que essa atribuição é inferior quando comparada à oferta das universidades;
- A respeito da missão de investigação nas instituições não universitárias explicaram que incide particularmente na prática profissional e que é aplicada à inovação setorial;
- Declararam que, em Portugal, os politécnicos desempenham um importante papel no acesso ao ensino superior e no desenvolvimento de competências, sobretudo através de programas de curta duração dirigidos acima de tudo a dois tipos de população:
 - Alunos do ensino secundário profissional (ensino vocacional) com baixos níveis de transição para o ensino superior, e
 - Adultos para reciclagem de conhecimentos;
- Existem centros de investigação sediados em institutos politécnicos portugueses, mas de forma relativamente limitada e estão concentrados sobretudo em três institutos politécnicos (Porto, Leiria e Bragança);
- Também em relação aos doutoramentos existe em Portugal uma concentração muito elevada (77% dos doutoramentos são concedidos essencialmente por cinco instituições), situação que não é rara em outros países, pela exigência de uma massa crítica elevada;
- Em relação à análise efetuada em 2019 pela OCDE, sublinharam as recomendações do relatório:
 - ✓ Existem 4 opções para estruturar o sistema de ensino superior:
 - 1) Sistema binário muito estrito;
 - 2) Sistema binário com exceções bem definidas;
 - 3) Diversificação institucional orientada por políticas concretas; e
 - 4) Sistema completamente diversificado sem qualquer orientação política.

- ✓ Portugal segue a segunda opção, uma vez que tem institutos politécnicos com centros de investigação financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e instituições híbridas com a vertente universitária e politécnica, com investigação aplicada e inovação setorial, procurando responder às necessidades locais. Neste contexto, poderia falar-se em Portugal de um sistema de concessão de doutoramentos de uma forma controlada e dirigida.
- ✓ Identificaram métodos que podem ser utilizados para identificar em que institutos politécnicos estes doutoramentos poderão vir a ser concedidos.
- ✓ Concluíram referindo que uma opção para Portugal poderia passar por um sistema binário coerente com instituições diversificadas e missões distintas como o atual sistema seguido pela Irlanda, mas que se trata de um processo demorado, que requer uma grande capacidade de orientação governamental e um investimento público significativo.

Intervieram depois os Senhores Deputados Tiago Estevão Martins (PS), António Topa Gomes (PSD) e Gabriel Mithá Ribeiro (CH), que colocaram questões e observações.

Na sequência das intervenções dos Senhores Deputados, os peritos da OCDE indicaram o seguinte, em síntese:

- Sublinharam o importante papel dos politécnicos em fazer chegar o ensino superior às regiões, nomeadamente às populações com menos capacidade para se deslocarem;
- Existem centros de excelência em alguns politécnicos, ligados à região e às atividades aí desenvolvidas, nos quais existe massa crítica, um critério fundamental para garantir a qualidade da investigação;
- Há, assim, instituições não universitárias relevantes pelo seu papel na ligação às regiões, economia local, investigação e capacitação profissional;
- Existem, em alguns países, exemplos de instituições não universitárias que concedem doutoramentos profissionais, mas são sobretudo na área da fisioterapia e da enfermagem;

- Sobre a questão da nomenclatura das instituições e o impacto da sua alteração na perceção sobre elas a nível nacional e internacional, trata-se de uma questão empírica, em todo o caso, consideram que o termo «politécnico» é entendido e usado em alguns sistemas europeus e que não lhe é associado nenhuma desvantagem;
- Não consideram que a mudança de nomenclatura de «instituto politécnico» para «universidade politécnica» comporte uma mudança de perceção em relação a estas instituições por parte dos estudantes;
- A integração dos politécnicos em universidades já aconteceu em outros países da OCDE, nomeadamente em Tampere, na Finlândia e também em Portugal poderia constituir uma forma eficaz de gerir a rede dessas instituições se apoiada por políticas governamentais fortes;
- Sobre a capacidade, a nível governamental, de assegurar o poder regulador da FCT e da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) na concessão dos doutoramentos, consideraram que seria necessário a existência de uma base normativa muito bem definida para basear a avaliação sobre as várias propostas de doutoramento das diferentes instituições.

A [audição](#) foi gravada em suporte vídeo, constituindo essa gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

3. Aprovação de atas

A pedido do Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) a aprovação da ata da reunião de dia 11 de outubro de 2022 ficou adiada para a próxima reunião.

4. Comunicações do Presidente

4.1. Outros

vi. Reunião com o Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE)

O Senhor Presidente da Comissão informou que o Presidente do CNE, lhe tinha pedido uma reunião, na qual explicou que não seria possível responder às questões solicitadas pelo Grupo de Trabalho para a apreciação na especialidade dos projetos de lei sobre o ensino superior politécnico com a profundidade desejável, atendendo ao prazo estabelecido, mas o Conselho apresentaria o seu parecer.

vii. Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares (CPCP)

O Senhor Presidente informou que na CPCP, conforme consta da ata previamente distribuída, foi abordada a preparação do Fórum Luso-espanhol; a comemoração dos 50 anos do 25 de abril e da Constituição da República Portuguesa; a possibilidade de a Assembleia da República estar envolvida na realização da 2.^a Conferência sobre tecnologias digitais e no que isso significa para a democracia representativa, dando nota que havia participado da 1.^a Conferência que se havia realizado meses antes em Atenas, a qual consistiu na troca de experiências de sucesso em relação à aplicação de tecnologias digitais nos diferentes parlamentos europeus, tendo sido determinada a sua realização anual; a aprovação da constituição da subcomissão sobre saúde global, tendo o Senhor Presidente da Assembleia da República alertado para a problemática da multiplicação de subcomissões para os partidos políticos mais pequenos.

viii. X Fórum Luso-Espanhol

O Senhor Presidente informou que a Senhora Deputada Germana Rocha (PSD), Vice-Presidente da Comissão participou, em sua representação, neste Fórum, que as conclusões do mesmo já haviam sido distribuídas, e que caso houvesse necessidade de alguma informação adicional a Senhora Deputada poderia esclarecer numa próxima reunião.

ix. Simpósio Ensino de Enfermagem 2023

O Senhor Presidente informou ter recebido um convite para estar presente no Simpósio Ensino de Enfermagem 2023 e pronunciar-se sobre a posição da Comissão acerca das questões que ali serão debatidas, que se prendem com a dificuldades do ensino clínico da enfermagem. Transmitiu à Comissão que lhe parecia mais adequado articular com o Presidente da Comissão de Saúde a realização de uma audiência conjunta, não tendo havido qualquer objeção por parte dos Senhores Deputados da Comissão.

x. Audições no âmbito da apreciação na especialidade da PPL do OE

Por fim, o Senhor Presidente informou que a audiência da Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior teria lugar no dia 31 de outubro 2022, às 09h00 e que a audiência do Senhor Ministro da Educação teria lugar no dia 2 de novembro de 2022, às 16h00.

5. Discussão e votação de iniciativas na especialidade

- [Projeto de Resolução n.º 188/XV/1ª \(IL\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à revisão do modelo de financiamento dos Estabelecimentos do Ensino Superior
- [Projeto de Resolução n.º 189/XV/1ª \(IL\)](#) – Recomenda ao Governo que proceda à avaliação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior

A Senhora Deputada Carla Castro (IL) apresentou uma proposta de texto final com vista a fundir num mesmo texto os dois projetos de resolução. O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) propôs uma pequena alteração ao texto apresentado que foi aceite pela Senhora Deputada Carla Castro (IL). Colocado à votação o texto foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, do CH e da IL e a abstenção dos Deputados do PS, registando-se a ausência dos Deputados do PCP e do BE.

6. Discussão e votação dos pareceres de iniciativas legislativas

O Senhor Presidente informou que o Senhor Deputado Alfredo Maia (PCP), por sobreposição de reuniões, não poderia apresentar o seu parecer relativo ao [Projeto de Lei n.º 321/XV/1.ª \(CH\)](#) – **Determina a universalidade da gratuidade dos manuais escolares para todos os alunos do ensino obrigatório** –, solicitando, assim, o adiamento deste ponto para a próxima reunião da Comissão.

A Senhora Deputada **Carla Castro (IL)** apresentou o seu parecer relativo ao [Projeto de Lei n.º 333/XV/1.ª \(BE\)](#) – **Complemento Extraordinário das Bolsas de Ação Social do Ensino Superior**. Colocado à votação o parecer foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e CH, registando-se a ausência dos Deputados do PCP e BE.

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) informou que a Senhora Deputada Eunice Pratas (PS), relatora do parecer relativo ao [Projeto de Lei n.º 342/XV/1.ª \(PCP\)](#) – **Reforça dos apoios ao alojamento no Ensino Superior** –, teve um contratempo e que, por essa razão, não estava presente para apresentar o seu parecer. Atendendo à importância de aprovação do parecer, uma vez que a iniciativa em questão seria discutida no dia seguinte em plenário, deliberou a Comissão colocar o parecer à votação, tendo sido aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e CH, registando-se a ausência dos Deputados do PCP e BE.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) não estava presente na reunião para apresentar o seu parecer relativo ao [Projeto de Lei n.º 340/XV/1.ª \(PAN\)](#) – **Criação de um complemento extraordinário às bolsas de estudo no ensino superior, aplicável ao ano lectivo de 2022/2023** –, mas uma vez que a iniciativa em questão iria ser discutida no dia seguinte em plenário deliberou a Comissão colocar o parecer à votação, tendo sido aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, PSD e CH, registando-se a ausência dos Deputados do PCP e BE.

7. Discussão e votação do requerimento do PSD para audição do Presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas e do Presidente da Associação Nacional de Diretores de Escolas sobre o atraso na devolução, pelo Governo, das receitas próprias dos estabelecimentos de ensino

A Senhora Deputada Cláudia André (PSD) apresentou o requerimento do seu Grupo Parlamentar. Colocado à votação, o requerimento foi aprovado com os votos a favor dos Deputados do PSD, CH e IL, com a abstenção do PS e registando-se a ausência dos Deputados do PCP e do BE.

8. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

9. Data das próximas reuniões

Em relação aos trabalhos futuros da Comissão, o Senhor Presidente lembrou a realização do Café de Ciência, com o tema «Emergência Climática: o carteiro não toca duas vezes», conjuntamente com a Comissão de Agricultura e Pescas e a Comissão de Ambiente e Energia, que teria lugar naquele mesmo dia, pelas 18h00 e que a próxima reunião da Comissão teria lugar no dia 25 de outubro, terça-feira, pelas 15:00, estando já confirmada a Audição do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, no âmbito da apreciação na especialidade de projetos de lei sobre ensino superior politécnico, [[Projeto de Lei n.º 809/XIV/2.ª \(Cidadãos\)](#), [Projeto de Lei n.º 115/XV/1.ª \(PCP\)](#) e [Projeto de Lei n.º 125/XV/1.ª \(BE\)](#)].

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11h40, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de outubro de 2022.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Alexandre Quintanilha)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa (PS)
Alexandre Quintanilha (PS)
Bruno Aragão (PS)
Catarina Lobo (PS)
Eduardo Alves (PS)
Lúcia Araújo Da Silva (PS)
Palmira Maciel (PS)
Porfírio Silva (PS)
Rosa Venâncio (PS)
Tiago Estevão Martins (PS)
António Cunha (PSD)
Cláudia André (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Maria Emília Apolinário (PSD)
Rui Cruz (PSD)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
Carla Castro (IL)
Joana Mortágua (BE)
Maria João Castro (PS)
António Topa Gomes (PSD)
Carla Madureira (PSD)
Maria Gabriela Fonseca (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joana Barata Lopes (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Isabel Santos (PS)
Fernando José (PS)
Germana Rocha (PSD)
Sónia Ramos (PSD)
Alfredo Maia (PCP)